



Revista de Políticas Públicas da UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 2, ano 2026. ISSN-e 2595-5535

A GOVERNANÇA MUNDIAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CINEMA DE MASSA: DISPUTAS TECNOLÓGICAS E DO LUGAR DO SUL GLOBAL A PARTIR DOS FILMES DE MISSÃO IMPOSSÍVEL (2023-2025)

Letícia Nunes Macedo¹

Cristine Koehler Zanella²

Edson José Neves Júnior³

Resumo: O avanço da Inteligência Artificial (IA) colocou ênfase para o fato da concentração do desenvolvimento da tecnologia envolver fortemente o setor corporativo privado, gerando riscos geopolíticos e colocando em questionamento a possibilidade de o Estado garantir soberania digital e segurança cibernética. Partindo da ideia que o cinema constrói histórias e imagina cenários a partir de questionamentos presentes, este artigo analisa como os filmes da franquia Missão: Impossível (2023-2025) ilustram as disputas pelo controle da IA e os riscos associados a essa tecnologia, além de investigar quais cenários de governança global projetam. A metodologia é amparada na análise interna dos filmes, a partir da qual individuíamos quatro categorias qualitativas: ilustração ontológica da IA, mapeamento de atores e agência, modelos de resposta ao risco e assimetrias internacionais. Os resultados revelam uma narrativa que apresenta um Estado-nação obsoleto frente à emergência de um algoritmo dotado de uma consciência artificial (no filme denominado “A Entidade”) que quer controlar a humanidade e pela privatização da segurança internacional nas mãos de um herói individual descrente na política como via possível de solução para o problema. A análise das obras a partir das categorias definidas permitem visualizar a omissão de qualquer mecanismo multilateral para gestão dos riscos envolvendo a IA e também como os países do Sul Global são relegados à condição de cenários passivos, o que naturaliza as estruturas do colonialismo digital e contribui para invisibilizar esses Estados nos debates sobre a regulação desta tecnologia.

Palavras-chave: Governança mundial da Inteligência Artificial; Soberania digital; Segurança cibernética; Colonialismo digital; Cinema.

¹Estudante no curso Bacharelado em Ciências e Humanidade e Bacharelado em Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC). Membro do Grupo de Estudos do Sul Global (GESG). Pesquisadora em IC voluntária Edital 01/2025, PROPES/DAPIC/UFABC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7552306474007154>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9479-9230>. E-mail: leticia.nunes@aluno.ufabc.edu.br

² Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Ciências Políticas pela Universidade de Gent (UGent), Bélgica. Professora do Bacharelado e da Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenadora do Grupo de Estudos do Sul Global (GESG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7092-4549> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6829487127607814>. E-mail: cristine.zanella@ufabc.edu.br

³ Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Bacharelado e da Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenador do Grupo de Estudos em Relações Internacionais e Linguagens Artísticas (RILA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0532-5555> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0106468948987792> . E-mail: edson.neves@ufu.br

GLOBAL GOVERNANCE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN MAINSTREAM CINEMA: TECHNOLOGICAL DISPUTES AND THE PLACE OF THE GLOBAL SOUTH AS SEEN THROUGH THE MISSION IMPOSSIBLE FILMS (2023-2025)

Abstract: The advancement of Artificial Intelligence (AI) has highlighted the fact that the concentration of technological development heavily involves the private corporate sector, generating geopolitical risks and questioning the State's ability to guarantee digital sovereignty and cybersecurity. Based on the idea that cinema constructs stories and imagines scenarios from present-day questions, this article analyzes how the films in the Mission: Impossible franchise (2023-2025) illustrate the disputes over control of AI and the risks associated with this technology, as well as investigating which global governance scenarios they project. The methodology is based on an internal analysis of the films, from which we identified four qualitative categories: ontological illustration of AI, mapping of actors and agency, risk response models, and international asymmetries. The results reveal a narrative that presents an obsolete nation-state facing the emergence of an algorithm endowed with artificial consciousness (called "The Entity" in the film) that wants to control humanity, and the privatization of international security in the hands of an individual hero who distrusts politics as a possible solution to the problem. Analyzing the works based on the defined categories allows us to visualize the omission of any multilateral mechanism for managing the risks involving AI, and also how countries in the Global South are relegated to the status of passive scenarios. This naturalizes the structures of digital colonialism and contributes to making these states invisible in debates about the regulation of this technology.

Keywords: Global governance of artificial intelligence; Digital sovereignty; Cybersecurity; Digital colonialism; Cinema.

1. Introdução⁴

Embora as raízes da automação possam ser traçadas até a Antiguidade, o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) no âmbito de um campo científico e tecnológico remonta à década de 1940, num cenário de diversas transformações e tensões geopolíticas da Segunda Guerra Mundial (BARBOSA, 2020). Naquele período, diversas pesquisas acadêmicas foram desenvolvidas em parceria com forças armadas, com o intuito de desenvolver computadores eletrônicos digitais que pudessem ser usados para resolver problemas complexos do conflito, a exemplo da decodificação de mensagens criptografadas e questões logísticas (WILSON, CAMPBELL-KELLY, 2020). Ainda que desprovidas das arquiteturas contemporâneas de aprendizado profundo (*deep learning*) e de autonomia decisória, essas primeiras máquinas e pesquisas estabeleceram os fundamentos operacionais que viabilizariam o surgimento da IA nas décadas subsequentes.

Dois marcos importantes desse período sintetizam a transição da computação nascente para os primeiros horizontes da IA: o modelo matemático de neurônios artificiais, que emulava o funcionamento dos neurônios no cérebro, desenvolvido pelos cientistas estadunidenses Warren McCulloch e Walter Pitts em 1943, e o Teste de Turing, formulado pelo cientista britânico Alan Turing, considerado o pai da computação, em 1950, e que consistia na criação de uma máquina que seria capaz de reproduzir uma comunicação escrita semelhante a de um humano, de forma indistinguível (BARBOSA, 2020). Nos anos de 1950 e 1960, no auge da Guerra Fria, as pesquisas em IA passaram a receber atenção e

⁴ Declaração de uso de Inteligência Artificial: os autores declaram que utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial para o suporte linguístico e técnico do manuscrito. A ferramenta Grammarly foi utilizada para revisões ortográficas e gramaticais. O ChatGPT foi empregado para a organização das referências bibliográficas ao final do texto. O Google tradutor foi empregado como suporte na versão do conteúdo para a língua inglesa do título e do resumo. Todas as ferramentas foram utilizadas nas suas versões gratuitas.

investimento de agências governamentais e privadas das superpotências Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Isso inseria a tecnologia diretamente na lógica da corrida armamentista e espacial, consolidando assim, desde suas origens, uma estreita vinculação entre inovação computacional, segurança nacional e projeção de poder do Estado.

Com o fim do conflito bipolar e a virada para o século XXI, a qual foi acompanhada da consolidação da internet comercial, o eixo dinâmico de desenvolvimento da IA deslocou-se progressivamente para o setor corporativo privado, concentrando-se no oligopólio das chamadas *Big Techs* (Apple, Alphabet/Google, Microsoft, Amazon e Meta), sendo territorialmente sediadas em sua grande maioria no Vale do Silício, nos Estados Unidos. Atualmente, essas corporações são responsáveis não apenas pela popularização da internet e das redes sociais, como também fizeram a tecnologia de IA mais presente no nosso cotidiano ao utilizarem-na como ferramenta para impulsionar seus negócios, como, por exemplo, os carros autônomos da Tesla, os chatbots como assistentes virtuais da Apple e da Amazon, e o desenvolvimento de deep learning. Elas efetivamente converteram as ferramentas de aprendizado profundo em vetores centrais do capitalismo de plataforma e da automação cotidiana (BARBOSA, 2020). Além disso, passaram a deter a primazia da infraestrutura tecnológica e da pesquisa de ponta em IA produzida em todo o mundo (SILVEIRA, 2024). O controle da infraestrutura tecnológica dessas empresas e o controle sobre tudo o que envolve a coleta, criação e análise de dados superam informações detidas por governos inteiros (SILVEIRA, 2024), além de superarem a capacidade de fiscalização estatal, influenciando de maneira direta tanto o fluxo de informações quanto a própria maneira como a política e os governos operam (PINTO, 2018).

É a partir desse cenário de assimetria de informação e de riscos geopolíticos, sociais, ambientais e econômicos que emergem os debates contemporâneos acerca da governança global da IA. Pensando neste contexto, vários setores da sociedade começaram a mobilizar debates sobre o tema, o qual, a princípio, era voltado às preocupações éticas e, posteriormente, foram ampliados para incluir iniciativas regulatórias e mudanças legislativas voltadas à disciplina das tecnologias ligadas à IA. A governança global da IA, nesse sentido, pode ser compreendida como o conjunto de arranjos institucionais, normativos e políticos (tanto formais quanto informais) que buscam regular, coordenar ou orientar o desenvolvimento e o uso da IA em escala internacional. Trata-se de um desafio regulatório urgente e fragmentado, no qual a busca estatal por autonomia tecnológica e salvaguardas de segurança cibernética colide com interesses de mercado de grandes corporações transnacionais e com a rivalidade estratégica entre as potências do sistema internacional.

Paralelamente aos espaços institucionais de negociação e disputa, as ansiedades, riscos e promessas que cercam o avanço da IA encontram na cultura popular um terreno fértil de tradução e circulação de sentidos. O cinema, enquanto linguagem artística pervasiva e espaço de produção de imaginários políticos, atua como importante formador do espírito de uma época. As telas detêm capacidade não apenas de emocionar e entreter espectadores, mas também participam ativamente na construção social da percepção pública de risco e das possibilidades da política, modulando a forma como as sociedades contemporâneas concebem os potenciais e as ameaças da tecnologia.

Diante desse contexto, este artigo adota como objeto de estudo empírico os filmes *Missão: Impossível - Acerto de Contas Parte Um* (2023) e *Missão: Impossível - O Acerto Final* (2025). A escolha dessas obras justifica-se pela capacidade de dramatizarem, em formato de grande apelo popular (*blockbuster*), as disputas sistêmicas disparadas por uma IA sobre a qual se perdeu o controle, denominada nos filmes de “A Entidade”.

Inspirada por esta provocação filmica, que enfatiza desafios urgentes em relação às diretrizes mundiais de gestão da IA, esta pesquisa propõe-se a responder à seguinte pergunta central: como os

dois últimos filmes da franquia *Missão Impossível* (2023-2025) ilustram a disputa pelo controle das tecnologias de IA e que cenários de governança global projetam? Para responder a esse questionamento, este artigo partirá de uma breve análise contextual sobre a história da Inteligência Artificial e uma recuperação de conceitos de governança global, regimes internacionais e soberania digital, conectando-os ao papel do cinema e à formação de imaginários tecnológicos. Em seguida, explicita-se o percurso metodológico fundamentado na análise interna de filmes, indicando as categorias analíticas extraídas da literatura especializada que serão mobilizadas para examinar em que medida os dois filmes mencionados ilustram a disputa pelo controle das tecnologias de IA e que cenários de governança global projetam. O objetivo é verificar se as narrativas cinematográficas reforçam soluções unilaterais, centralizadas (como um heroísmo de um único Estado ou indivíduo, descrente na política institucional como via resolutiva) ou destrutivas (como a eliminação da tecnologia em si), ou se vislumbram possibilidades de cooperação internacional e coordenação multilateral. Após a análise da obra a partir dos eixos definidos, segue-se uma síntese que avalia as implicações políticas das ilustrações cinematográficas para o debate regulatório atual.

2. Governança da IA, disputa por poder tecnológico e o cinema como ferramenta de construção social

Para pensarmos uma governança global aplicada à IA, faz-se necessário, em termos epistemológicos, delimitar o conceito de governança no âmbito das Relações Internacionais. Segundo Gonçalves (2022), embora não tenha uma única definição, a governança pode ser entendida como um arranjo amplo, aberto e policêntrico, porque envolve não apenas as relações entre os Estados, mas também contempla uma participação cada vez mais crescente de novos atores como ONGs, empresas multinacionais, governos subnacionais, organizações internacionais, comunidades técnicas, sociedade civil e comunidade científica. Para o autor, a governança cria um vínculo complexo entre os Estados, causando certa interdependência (GONÇALVES, 2022).

A emergência desses novos atores e sua articulação em redes globais aceleram-se significativamente após os processos de globalização do final do século XX, demandando mecanismos de coordenação e tomada de decisão coletiva para mitigar problemas de alcance transfronteiriço. Esse cenário gera um ambiente de profunda interdependência complexa (embora fortemente assimétrica), no qual o Estado nacional deixa de ser o único polo de autoridade regulatória. Assim, a operacionalização da governança consolida-se por meio da formação de regimes internacionais, cujos fundamentos teóricos clássicos foram definidos por Stephen Krasner:

“[Regimes internacionais podem ser definidos como] conjuntos, implícitos ou explícitos, de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma determinada área” (KRASNER, 1982, p.185, tradução nossa).

Transpondo essa estrutura conceitual para o domínio da tecnologia, a governança global da IA refere-se às tentativas institucionais de erigir um regime internacional capaz de coordenar as expectativas dos atores, disciplinar usos e garantir o desenvolvimento seguro e ético dos algoritmos. Contudo, a governança digital possui uma especificidade elementar, a de ser indissociável das infraestruturas materiais e dos oligopólios privados que as controlam, como as Big Techs, citadas anteriormente. Consequentemente, o debate sobre a regulação da IA afasta-se de uma dinâmica meramente cooperativa e ingressa diretamente na esfera da alta política e da competição estratégica por primazia tecnológica.

Embora os debates para uma governança mundial da IA tenham se iniciado na virada do século XXI, o tema começou de fato a ganhar força recentemente, especialmente a partir da segunda metade da década de 2010. Inicialmente, os debates tinham como foco preocupações éticas acerca da IA, na intenção de criar princípios éticos para seu uso, com recomendações voluntárias. Porém, nos anos 2020, os debates foram ampliados para incluir iniciativas regulatórias e mudanças legislativas, além de abordar temas como questões de soberania digital e segurança cibernética. Essa mudança de postura nos debates se deu pela percepção de que, além de ferramenta para eficiência econômica, a IA pode ser um vetor de projeção de poder geopolítico, espionagem industrial e guerra informacional. A partir dessa nova perspectiva, essas instituições passaram a mobilizar instrumentos para tentar disputar espaço no controle por essas tecnologias, seja por meio da regulamentação do ambiente digital, com a criação ou modificação de legislações nacionais ou regionais ou pela busca por maior autonomia na coordenação de infraestruturas e redes digitais estratégicas (ALVES; QUEIROZ; BOTEGA, 2023; SILVEIRA, 2024).

É neste contexto de vulnerabilidade e busca por autonomia que ganha relevância o conceito de soberania digital, compreendido como uma política de Estado voltada a restabelecer a autoridade pública sobre o espaço cibernético:

“Soberania digital é a capacidade de Estados e comunidades de exercer controle autônomo sobre tecnologias, infraestruturas digitais e dados, garantindo a proteção da privacidade, a segurança das informações e a governança independente, resistindo à dominação de grandes corporações e potências estrangeiras, e promovendo a autodeterminação no espaço digital.” (LEMOS; ESPÍNDOLA; TOSATTI, 2024, p.20).

Associada à soberania digital, a segurança cibernética deixa de ser uma preocupação eminentemente técnica e passa a figurar como uma prioridade de segurança nacional. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (ITU, do acrônimo em inglês), a segurança cibernética abrange:

“o conjunto de ferramentas, políticas, conceitos de segurança, salvaguardas de segurança, diretrizes, abordagens de gestão de riscos, ações, treinamentos, melhores práticas, garantias e tecnologias que podem ser utilizadas para proteger o ambiente cibernético e os ativos da organização e do usuário.” (ITU, 2008, p.02).

A segurança cibernética também inclui tudo que está conectado às redes, sua infraestrutura como os sistemas de telecomunicações e tudo que é transmitido ou armazenado neste espaço digital – isto é, engloba desde a infraestrutura física até os fluxos informacionais armazenados ou transmitidos (ITU, 2008). Neste sentido, se faz pertinente que os Estados e outros atores incluam não apenas a soberania digital, mas também a segurança cibernética como parte das discussões acerca da governança global da IA, já que ambos se demonstram interligados. No cenário contemporâneo, a fusão entre arquitetura cibernética e os sistemas de IA no contexto militar tem gerado o que Silveira (2025) denomina de complexo militar-industrial-datafocado, onde a corrida pela liderança no desenvolvimento de tecnologia avançada (como os semicondutores) e no treinamento de modelos generativos alimenta as tensões nas relações entre as duas maiores potências mundiais (EUA e China).⁵

⁵ Esta preocupação acerca do avanço acelerado da IA se torna cada vez mais válida quando observamos atualmente o aumento do uso da tecnologia de IA para fins militares ou de espionagem. Segundo Silveira (2025), em seu livro “As big techs e a guerra total: o complexo militar-industrial-datafocado”, a aplicação da IA nos negócios da guerra tem avançado rapidamente entre os exércitos do mundo todo, tornando o uso da IA para fins pacíficos cada vez menor. Ademais, o autor também cita que há uma forte competição entre as duas maiores potências mundiais (EUA e China) no que tange a produção de chips que são responsáveis por compor a cadeia de produção e o desenvolvimento da tecnologia de IA,

O aumento dessas tensões geopolíticas com agendas unilaterais no entorno da IA geraram tentativas de salvaguardar o multilateralismo. Por mais que os debates para eventuais regulamentações ainda sejam embrionários enquanto a IA avança a passos largos, percebe-se que há uma mobilização internacional para debater o tema, como demonstra o relatório “Governança da Inteligência Artificial para a Humanidade” de 2024 [Governing AI for Humanity (2024)], elaborado pelo Órgão Consultivo de Alto Nível sobre IA das Nações Unidas. Nele o argumento é de que a cooperação multilateral é inafastável para mitigar as assimetrias globais decorrentes do desenvolvimento da IA, que afeta as nações de maneira profundamente desigual, desde as dinâmicas extrativistas de matérias-primas até os vieses nos treinamentos de dados (UNITED NATIONS, 2024, p 7-8). No entanto, a construção desse regime de governança esbarra em graves entraves práticos e institucionais. É verdade que foram criados instrumentos que tentam estabelecer balizas institucionais e padrões de fiscalização, como (i) os Princípios de IA da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo o primeiro padrão intergovernamental sobre a IA, criado em 2019 e atualizado em 2024, e (ii) a Lei da IA da União Europeia (UE – AI Act), criada em 2024, sendo a primeira regulamentação abrangente do mundo sobre Inteligência Artificial. Porém, o ambiente político real caminha para a fragmentação mercadológica e para o nacionalismo tecnológico, tendências agravadas pelas pressões tarifárias e alianças explícitas entre o governo estadunidense e os oligopólios do Vale do Silício (CNN BRASIL, 2025; SILVEIRA, 2025).

As assimetrias desse arranjo global em torno da IA tornam-se ainda mais severas quando analisadas sob a perspectiva do Sul Global, porque o debate sobre a soberania digital frequentemente oculta uma realidade estrutural de dependência, definida pela literatura crítica como colonialismo digital (PINTO, 2018; FURTADO; CUNHA, 2024). Essa situação se revela pela reprodução de dinâmicas históricas de dominação colonial no campo tecnológico, no qual as corporações transnacionais do Norte Global extraem dados brutos dos países periféricos como se fossem matérias-primas, processando-os e revendendo-os sob a forma de serviços e propriedade intelectual para o mundo inteiro, inclusive para o Sul Global (PINTO, 2028). Nessa dinâmica renovada de colonialismo, os Estados do Sul encontram-se numa posição de subordinação estrutural, sem autonomia infraestrutural, sem arcabouço para o processamento dos dados e, conseqüentemente, marginalizados dos principais polos de regulação internacional, o que impõe ainda mais obstáculos para esses Estados do que aqueles vividos por suas contrapartes do Norte para a participação na formulação de uma governança global plural e inclusiva (FURTADO; CUNHA, 2024).

Essas complexas tramas geopolíticas acerca de uma governança global da IA não são comuns apenas em seus espaços de debates formais, mas também alimentam ativamente os noticiários e o imaginário da sociedade. A cultura popular, que sempre absorveu as preocupações cotidianas, também passou a refletir questões acerca da política internacional e das evoluções tecnológicas, construindo um sólido imaginário na população mundial. O cinema, como linguagem artística pervasiva às preocupações que moldam o espírito do nosso tempo (e também como ferramenta de natureza pedagógica que ajuda a formar a cultura contemporânea), tem retratado esses desafios atuais em

causando atritos nas relações diplomáticas entre os países e outros atores, como, por exemplo, grandes companhias do setor de tecnologia impedidas de transferir tecnologia avançada para países considerados inimigos (Silveira, 2025). Vale ressaltar que, com a ascensão de governos de extrema direita no início da década de 2020 em todo o mundo, o debate para uma governança global da IA que seja inclusiva, plural e democrática tem se tornado fragmentado, e se agravou principalmente após o início do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos Donald Trump em 2025. Logo em sua cerimônia de posse, todos grandes CEOs das Big Techs estavam presentes demonstrando apoio ao seu governo de extrema direita. Mais tarde, essas alianças ficaram mais visíveis quando, ainda em 2025, Trump comunicou que aplicaria tarifas substanciais aos países que aplicassem restrições como impostos, legislações e regras às grandes empresas americanas de tecnologia (CNN BRASIL, 2025), demonstrando que a maior potência do mundo favorece esses oligopólios e dificulta debates justos entre os demais atores internacionais.

relação a uma governança mundial da IA, passando a desempenhar um papel relevante na construção social das ameaças tecnológicas. Como destaca Duarte (2002, p.17), “ver filmes é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais”. Como os produtos audiovisuais de grande circulação metabolizam ansiedades contemporâneas e as traduzem em narrativas para o grande público, os filmes passam a ser objeto de análise relevante para as Relações Internacionais. Assim, em nosso trabalho, sua utilização como objeto de análise permite investigar como determinados discursos sobre tecnologia e governança são construídos, difundidos e naturalizados no âmbito da cultura popular.

O cinema como espaço de produção e circulação de imaginários políticos e tecnológicos não é novidade da nossa década. Desde o seu início, o cinema foi uma ferramenta importante que não apenas refletia as disputas políticas e as tensões tecnológicas do seu tempo, mas também difundia narrativas de forma global. Podemos citar como exemplos o movimento revolucionário do cinema soviético de montagem, os filmes propagandistas da Alemanha nazista, ou o cinema novo brasileiro focado na estética da fome e da descolonização. No que tange principalmente ao movimento de novas tecnologias, tivemos diversos filmes que ajudaram a traçar imaginários. A começar por *Metrópolis* (1927), do diretor alemão Fritz Lang, um dos primeiros filmes a demonstrar um futuro distópico acerca da tecnologia, apresentando figuras que posteriormente foram incansavelmente reproduzidas: o robô como ameaça à humanidade e o perfil do cientista maluco, além de dramatizar fortemente questões a luta de classes.

Com o passar dos anos, o gênero de ficção científica foi ganhando força, passando a representar cada vez mais a tecnologia e seus possíveis futuros, sejam eles utópicos ou distópicos. Segundo Macedo (2005), percebe-se que há uma relação entre as tensões do mundo contemporâneo, cada vez mais latente, e a forma como elas são representadas cinematograficamente, de forma que essas tensões, sejam guerras ou conflitos, mostram certo pessimismo da visão humana sobre a própria sociedade no futuro. Isso se confirma com o passar das décadas, principalmente após o impulsionamento da indústria cinematográfica de Hollywood, que foi responsável por criar grandes blockbusters de ficção científica que moldaram e influenciaram gerações.

Filmes que tinham como foco máquinas super tecnológicas, o avanço da Inteligência Artificial e futuros distópicos, como *2001: Uma Odisseia no Espaço* (1968) de Stanley Kubrick, *Blade Runner* (1982) de Ridley Scott, *O Exterminador do Futuro* (1984) de James Cameron e *Matrix* (1999) das irmãs Wachowski, foram essenciais para construir um imaginário popular acerca da IA. Estes filmes retratam alguma forma de conflito entre os seres humanos e a Inteligência Artificial, de forma que a tecnologia ultrapassaria a condição de ser controlada por humanos, para controlá-los ou extingui-los, revelando uma forte descrença na possibilidade do convívio pacífico e coletivo entre a IA e a humanidade, influenciando a percepção social de risco sobre essa tecnologia. Ao dramatizarem o avanço da IA como ameaça tecnológica que caminha inexoravelmente a uma guerra existencial essas narrativas tendem a naturalizar a lógica de conflito e competição, reduzindo as opções políticas da humanidade a cenários maniqueístas de dominação absoluta ou destruição total (MACEDO, 2005), desfavorecendo ou até mesmo desconsiderando outros meios de se lidar com o constante avanço tecnológico. Muitas dessas narrativas esvaziam a legitimidade da política institucional ao sugerirem que a governança estatal é ineficaz ou impotente e que a segurança global depende exclusivamente de saídas heroicas individualizadas. Paralelamente, essas produções costumam reproduzir a visão de

política externa de seu país de origem, incorporando os rivais geopolíticos do momento como a raiz da ameaça tecnológica ou do seu mau uso em questão.⁶

Pensando nesse contexto e na força do cinema, esta pesquisa propõe-se a analisar os dois últimos filmes da franquia de *Missão: Impossível: Acerto de Contas Parte Um* (2023) e *O Acerto Final* (2025), ambos grandes blockbusters do cinema hollywoodiano e campeões de bilheteria, para pensar se de fato a governança global da IA também se apresenta de forma reduzida à dominação ou destruição. A escolha destes dois filmes se dá fundamentalmente pelo enredo: ambos apresentam a figura de uma Inteligência Artificial autônoma com a capacidade de atuação de proporções a níveis globais, colocando em cheque a forma como os Estados e diversos atores operam. Diferentemente dos outros filmes citados anteriormente, que apresentavam a tecnologia de IA de forma mais física e visual, como robôs humanoides, e tratavam de questões éticas e filosóficas, este se diferencia pela forma como é ilustrada: não se vê a IA, sendo ela apresentada como uma entidade onipresente, existente apenas no plano digital. Essa diferenciação é interessante, pois se aproxima mais da realidade quando pensamos na Inteligência Artificial, principalmente da qual conhecemos e lidamos diariamente, a IA Generativa. Além disso, tratam-se de filmes recentes, mas que obtiveram muito sucesso entre o público mundo afora principalmente por fazerem parte de uma franquia de cinema já bastante conhecida.

3. Metodologia

O presente artigo foi desenvolvido com base na metodologia qualitativa, de caráter exploratório e analítico. O desenho da pesquisa se divide em duas etapas integradas. A primeira consistiu no levantamento e revisão bibliográfica teórica de contextualização da IA e na explicação dos conceitos básicos necessários à compreensão do tema, como regimes internacionais, governança digital, assimetrias institucionais e materiais, e dinâmicas Norte-Sul globais no contexto da IA. A segunda etapa avança para um estudo empírico operacionalizado pelo método da análise interna de filmes aplicado às Relações Internacionais.

A análise interna é um método focado na identificação de elementos que constituem a materialidade da obra audiovisual. Conforme a sistematização metodológica proposta por Zanella e Neves Júnior (2025), nas análises voltadas às Relações Internacionais, esses componentes internos possuem um caráter predominantemente textual e discursivo, englobando o roteiro, os diálogos, as interações entre os personagens, os silêncios e as estruturas narrativas gerais. Busca-se decodificar como a obra legitima ou contesta determinados eventos, temas, arranjos de poder ou conceitos apresentados no filme escolhido para a análise, investigando igualmente as analogias e alegorias estabelecidas com eventos e tensões do cenário internacional real. Adicionalmente, o exame do texto pode ser complementado pela observação de aspectos estéticos e formais, como a montagem, o ritmo, a

⁶ Quando se trata do cinema estadunidense, observa-se historicamente a recorrência de narrativas que incorporam os “inimigos” estratégicos do momento, retratados frequentemente como ameaças não apenas aos Estados Unidos, mas à estabilidade do Ocidente ou da humanidade como um todo. Grande parte se deve ao período da Guerra Fria, onde o mundo se viu dividido entre as duas potências da época: URSS e EUA. Nessa época, Hollywood produzia incansavelmente filmes que a temática fosse a propaganda anticomunista, com vilões soviéticos ou chineses. Com o tempo, os vilões foram se adaptando à medida em que a política externa estadunidense acontecia, como, por exemplo, após as constantes intervenções estadunidenses em países do Oriente Médio a partir dos anos 1970. Nesse contexto, esses conflitos passaram também a ser representados em filmes, com habitantes destas regiões sendo retratados constantemente como terroristas. Em relação às tecnologias avançadas, como a IA, os filmes hollywoodianos tendem a mostrar que tais tecnologias ou estão em posse de algum país considerado inimigo, podendo causar problemas para a segurança nacional dos EUA e do Ocidente, ou que tais tecnologias evoluíram de forma excepcional, a níveis que nenhum outro país além dos EUA (ou, mais especialmente, algum personagem heroico estadunidense) pudesse lidar ou controlar.

sonoridade (ZANELLA, NEVES JUNIOR, 2025). Desta forma, a análise interna aplicada aos dois filmes escolhidos para a análise tem como objetivo verificar qual imagem da governança mundial da Inteligência Artificial eles apresentam e os possíveis horizontes políticos que essa narrativa ecoa.

Para se responder à pergunta de pesquisa formulada e investigar os cenários de governança global projetados na franquia Missão Impossível (filmes de 2023 e 2025), a análise interna foi estruturada a partir de quatro categorias analíticas fundamentais que funcionam como indicadores qualitativos no mapeamento das representações feitas nos filmes:

- (i) Representação ontológica da IA: investiga a construção narrativa dada à tecnologia, vendo se ela é retratada como instrumento do Estado, infraestrutura digital invisível ou sujeito político dotado de autonomia decisória e agência no sistema;
- (ii) Mapeamento dos atores, agência e distribuição de poder na narrativa: identifica polos de poder que têm capacidade de ação e decisão na trama, sejam eles Estados soberanos, corporações privadas, indivíduos salvadores ou instituições multilaterais. Com isso se explicita como o poder é distribuído no universo narrado;
- (iii) Modelos de solução e de resposta ao problema tecnológico: examina arranjos sugeridos por diversos personagens/grupos para conter a ameaça tecnológica, diferenciando entre propostas baseadas na regulação institucional, controle unilateral ou eliminação e destruição radical da tecnologia, atentando para o papel do heroísmo individualizado em detrimento da ação política;
- (iv) Permanência ou ausência da governança multilateral e assimetrias internacionais: analisa como o sistema internacional interestatal é retratado diante da crise, avaliando o grau de coordenação institucional ou predomínio de rivalidades anárquicas, com especial atenção à centralidade de questões do Norte Global e potenciais invisibilizações do Sul Global.

A avaliação dos filmes selecionados a partir dessas categorias analíticas permite analisar cargas ideológicas subjacentes às representações de risco oferecido pela IA e possibilidades (ou não) de cooperação e construção de um regime internacional difundidas por filmes de uma franquia-ícone da indústria cultural de nossos tempos.

4. Análise

A escolha de analisar dois filmes [Missão: Impossível - Acerto de Contas Parte Um (2023) e Missão: Impossível - O Acerto Final (2025)], se dá pelo fato de ambas as obras terem um enredo amarrado, sendo apenas filmicamente divididas em duas partes. A história gira em torno da emergência de uma IA apelidada de “A Entidade”, cujo código-fonte original e núcleo operacional encontram-se selados nos computadores de um submarino russo, o Sebastopol. Após um problema no funcionamento da tecnologia autônoma levar ao naufrágio do submarino no Ártico e a Entidade se rebelar contra o sistema e passar a agir de forma independente e a ameaçar a humanidade, agentes estatais e privados partem para uma caçada pela posse de uma chave capaz de acessar a IA para destruí-la ou controlá-la definitivamente. Um grupo de agentes da Impossible Mission Force (IMF) liderados pelo personagem de Ethan Hunt (interpretado por Tom Cruise) quer acessar a IA para destruí-la. Em sua missão, eles se depararão com a Inteligência de Defesa americana, com outros agentes autônomos e com outros agentes estatais, que buscam instrumentalizar a tecnologia para ganho de poder. Ao longo da trama, a busca pelas chaves se apresenta como uma corrida global (com estadunidenses e russos apresentados

como maiores opositores) para adquirir o controle da Entidade, percebida como uma arma geopolítica definitiva para o controle mundial.

No contexto da competição global pelo controle (ou destruição) da IA, as obras analisadas dramatizam as fraturas da governança internacional sobre o tema a partir das quatro categorias analíticas fundamentais, conforme apresentado anteriormente. Nesta seção conduzimos a investigação das categorias definidas anteriormente, aplicadas aos filmes. Primeiro, aborda-se como as características da IA a tornam um agente autônomo e uma ameaça sistêmica; segundo, realiza-se o mapeamento dos atores e distribuição de agência na narrativa, sobretudo destacando a figura do Estado-nação face às corporações e ao heroísmo individual; terceiro, avaliam-se os modelos de resposta ao risco tecnológico; por fim, discute-se a ausência de governança multilateral e a invisibilização do Sul Global.

4.1. A representação ontológica da IA (autonomia e ameaça)

Diferentemente dos outros filmes da franquia de Missão Impossível, o inimigo apresentado em *Acerto de contas parte um* (2023) e *O acerto final* (2025) não é um indivíduo classificado como terrorista ou um governo específico que tem ambições de dominar e controlar o mundo, mas sim uma tecnologia nova, avançada e descrita como tendo autoconsciência. Ela recebe a denominação de “A Entidade”, um programa de computação e IA que, originalmente concebido como uma ferramenta cibernética para o campo militar, ganha autonomia decisória e capacidade de autoprogramação. Nos filmes, a ontologia, isto é, a natureza desse ser que é a Entidade, é a de um sujeito político que se liberta dos seus criadores e passa a atuar de forma autônoma, criando situações de polarização e animosidade entre pessoas por meio da manipulação da informação, e passando a impactar efetivamente a sociedade em âmbito global.

As caracterizações tanto visual quanto narrativa da Entidade reforçam as características de ser um poder difuso, invisível e onipresente. Não existe uma dimensão humana da IA nem um centro físico de processamento facilmente localizável. Ela atua na própria rede mundial de computadores, infiltrando-se desde satélites, agências de inteligência, sistemas de defesa, estruturas de segurança (especialmente visíveis no filme aquelas que controlam o armamento nuclear das diversas nações do mundo que detêm essa tecnologia), até a dimensão mais difusa das redes sociais e diferentes canais de informação. A premissa de existência e das capacidades da Entidade foi definida no filme de 2023: a IA instalada no submarino russo Sebastopol, de última tecnologia, fortemente armado e indetectável por qualquer outra força de guerra, manipula os instrumentos de forma a fazer a tripulação disparar contra um alvo inexistente um torpedo que, na sequência, deixa de responder a comandos humanos e se volta contra a própria embarcação. Essa capacidade da IA de distorcer a leitura da realidade material e induzir ao erro (e ao autoextermínio humano) é a capacidade de agência de que a IA se torna dotada. Ao controlar a verdade digital, a tecnologia representada pela Entidade deixa de ser um objeto de regulação e passa a ditar ela mesma as regras do jogo geopolítico. Tanto é essa a representação que inúmeras sequências dos filmes, especialmente no de 2025, destacam que os sujeitos (agentes, líderes políticos, a humanidade) estão vivendo dentro da realidade da IA. Isso porque, valendo-se de capacidades preditivas calculadas por probabilidades, a Entidade consegue modular a verdade de forma a manipular, por meio do mundo digital, também os humanos.

No arco narrativo do filme, a IA não é apresentada somente como um problema para um único governo, mas sim uma ameaça sistêmica global. A escolha de chamar a nova tecnologia pelo nome de Entidade também transmite essa ideia incorpórea e onipresente (embora não possua um corpo físico, a IA tem existência pervasiva e vontade própria, controlando fluxos informacionais e tudo que envolve o

ciberespaço). Daí as repetidas falas de que a sua total aniquilação seria o fim do mundo tal como ele é conhecido. A ameaça construída passa então de um Estado qualquer para uma tecnologia, superando a fase de ser uma simples ferramenta de guerra para uma própria entidade sistêmica.

Outro ponto essencial do filme é a escolha da representação da tecnologia descrita como um ser autônomo e autoconsciente. Diferentemente do que é mostrado em ambos os filmes, atualmente ainda não temos informações em torno da existência de alguma tecnologia de IA que esteja tão avançada para agir de forma completamente autônoma e que ameace concretamente a existência humana. Apesar disso, a hipótese de que a extinção humana ou danos irreparáveis possam ser causados já foi concretamente aventada em inúmeras ocasiões. Talvez uma das mais eloquentes revelações da preocupação humana com o avanço da IA derive do fato de que se tem muito pouco entendimento do poder desses sistemas e da amplitude do controle humano sobre essa tecnologia. Essa percepção levou à assinatura de uma carta por dezenas de milhares de líderes, empresários e pesquisadores, em 2023, pedindo uma moratória ao seu desenvolvimento até que se assegurasse que seus efeitos seriam positivos e os riscos controláveis (METZ, 2023). Desde então, entretanto, o que temos visto é um diário avanço no desenvolvimento das capacidades da IA.

4.2. Mapeamento de atores e distribuição de poder na narrativa

A dinâmica de enfrentamento da Entidade revela como estão obsoletas as estruturas clássicas de poder do Estado em relação à governança tecnológica. Nas emblemáticas reuniões envolvendo o alto escalão do governo dos Estados Unidos, autoridades da agência de inteligência americana sugerem que se deve controlar a Entidade e não a destruir. O motivo para isso seria o fato de que a agência obteve informações sobre o governo russo ter se esforçado em encontrar o par das chaves, na intenção de obtê-las, pois acreditam que possam desativar a tecnologia ou possam controlá-la. A ausência de compartilhamento de informações sobre a chave que daria acesso ao controle da Entidade indica uma possível corrida global pelo acesso às chaves, com cada nação agindo por conta própria em favor de seus interesses. Diante da constatação de que a Entidade estava se infiltrando nos servidores de segurança das potências nucleares mundiais, vindo uma a uma a perder o controle sobre seus mais poderosos recursos bélicos, não se percebe nenhum movimento de resposta institucional coordenada por parte dos líderes desses Estados. Ao contrário, o que se acompanha na narrativa do filme é uma corrida por sobrevivência e controle unilateral do poder da Entidade num ambiente de generalizada anarquia. Os filmes mostram que os meios de resolução de conflitos globais por meio de fóruns multilaterais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU), ou mesmo sistemas regionais de defesa, como por exemplo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não são apenas ignorados ou detêm pouca influência na narrativa, mas desaparecem por completo. As potências mundiais parecem gigantes impotentes, incapazes de compreender a ameaça que provém de uma fonte de poder difusa e sem nacionalidade, que opera ignorando as fronteiras territoriais. O anacronismo da abordagem do Estado para a ameaça que a Entidade representa é também revelado pela ausência de atores que tecnicamente entendem da tecnologia, sendo o problema tratado apenas no plano bélico-militar, ignorando demais atores, como por exemplo a comunidade científica e a sociedade civil. Não há consultas nem debates e as decisões são tomadas em reuniões secretas em salas fechadas entre autoridades governamentais.

Nesse contexto, a agência política é transferida na narrativa para uma dimensão individual e privada. Com a ausência de uma agência coletiva que mobilize uma resposta mundial multilateral à ameaça da Entidade, os filmes concentram a salvação do mundo nas mãos de um grupo liderado por Ethan Hunt. É nesse diminuto e peculiar grupo não institucionalizado formalmente que a narrativa deposita a possibilidade de salvação do mundo. É dramático assistir à total impotência de governos e a

inexistência de qualquer coordenação global multilateral frente a uma ameaça tão apocalíptica para a existência humana e a construção (mais uma vez, pelo cinema hollywoodiano) da figura de um herói individual, amparado por uma moralidade de laços fraternais, que desafia a lógica das leis e instituições estatais como o único indivíduo, o escolhido em todo planeta, com capacidades intelectual e operacional especiais para definir os rumos da existência humana.

A escalada épica do filme, ancorada na fórmula do herói salvador escolhido, que percorre a clássica estrutura narrativa da jornada do herói, evada da necessidade de tomada de caminhos originais e sacrifícios, não deixou espaço na narrativa para qualquer abertura de diálogo entre Estados ou grupos humanos: é o indivíduo (e não instituições) que detém condições de salvar o mundo e é à moralidade do indivíduo que devemos a liberdade de todos pelo poder altruísta do herói de, depois de salvar o mundo, abrir mão do poder absoluto. Essa construção evoca a figura de um salvador que opera uma profunda descrença na política institucional como caminho para a solução de problemas coletivos. Um retrato do Estado e da diplomacia como instâncias burocráticas não existentes, ineficientes ou mesmo corrompidas leva a narrativa do cinema a flertar com discursos contemporâneos de que a governança coletiva é uma ilusão e que a segurança internacional reside em saídas excepcionais e personalistas. Nessa construção narrativa sobra pouco poder a ser depositado nas instituições.

4.3. Controle, destruição e ausência de governança cooperativa

A partir do risco existencial representado pela Entidade, as partes em disputa na trama dividem-se entre modelos de resposta excludentes entre si: de um lado tem-se o que podemos chamar de modelo das grandes potências, defendido pelos Estados (na trama personificados nos Estados Unidos e na Rússia), para quem o objetivo é acessar o código-fonte original para controlar a IA e colocá-la a serviço de suas nações, submetendo qualquer rival. A tecnologia da Entidade faz as vezes da nova superarma no contexto de uma nova corrida armamentista.

O segundo modelo de resposta que é apresentado envolve as intenções de Ethan Hunt e seu grupo. O herói percebe que a IA não é controlável, sendo o mais certo a escravização da humanidade caso qualquer tentativa seja empreendida no sentido de buscar esse controle. Dentro do universo dos filmes da franquia de Missão Impossível, Ethan Hunt é o personagem rebelde, que age pensando em um suposto bem maior, independentemente das ordens que recebe. Neste caso, o padrão se repete. No primeiro filme, antes desta reunião do alto escalão do governo estadunidense, Ethan havia sido convocado para uma missão: resgatar o par de chaves, mas sem saber para que elas serviam. Depois de descobrir parcialmente a importância daquelas chaves e conseguir a posse de metade delas, ele decide invadir a reunião para demonstrar sua posição contrária à do governo, reforçando para seu superior que não vai entregar a metade da chave, pois entende que a Entidade é muito poderosa para que qualquer pessoa, governo ou organização obtenha em suas mãos, e que é necessário destruí-la, e não controlá-la. Sua posição se choca com os interesses do próprio governo a que servia e coloca sua vida em perigo, pois a partir deste momento, ele virou não apenas um inimigo dos interesses do governo estadunidense, mas também de todo e qualquer governo ou indivíduo que objetivasse controlar a tecnologia. É neste momento que Ethan reúne seus amigos e parceiros de missão para que consigam encontrar a outra metade da chave e começar a jornada para a destruição da Entidade. Note-se que os Estados são em si mesmos apresentados como ameaças. Não há, para esse modelo, qualquer possibilidade de um Estado ou grupo de Estados regular ou controlar a IA, sendo a única possibilidade aventada a destruição total da IA.

O modelo de resposta da destruição e da impossibilidade de uma governança global sobre a tecnologia, que ganha centralidade na trama, projeta uma visão profundamente cética sobre a

capacidade das instituições políticas, especialmente as multilaterais, que sequer são lembradas nos filmes, para gerenciarem a ponta de lança da tecnologia de IA. Assim como os governos, a solução de Hunt também ignora meios diplomáticos e institucionais de solucionar tal problema. Não há proposta de regulação multilateral, muito menos de uma governança cooperativa global. A única solução que a narrativa traça é um enredo do herói individual. Diferentemente do que se espera no âmbito de criar e discutir soluções quando há um problema que atinge todas as nações do mundo, ambos os filmes não trabalham com modelos de governança. É a desordem e o caos causados por uma tecnologia autoconsciente que fazem as nações agirem no modo unilateral de autodefesa num ambiente totalmente hostil e de alta desconfiança. Isso fica mais evidente no começo do segundo filme, quando a presidente dos Estados Unidos informa Hunt a situação atual do mundo: a sociedade perdeu qualquer parâmetro de urbanidade, o caos impera e se multiplicam protestos e conflitos animados por uma realidade alterada pela IA que fomenta justamente esse estado de coisas. Parte da população mundial começou acreditar na Entidade como um agente apocalíptico, criando um fanatismo que se espalhou e se infiltrou dentro de governos e exércitos mundo afora.

A disputa narrada nos filmes, portanto, se demonstra unicamente estratégica, de concentração de poder, de caos sistêmico e da abolição completa de qualquer solução multilateral. Não há espaço para se pensar em ações coordenadas em coletivo, pois o sentido é de individualização extrema, o que representa um discurso altamente perigoso quando pensamos que tal narrativa eleva a ideia de que o outro não importa e que há de existir um salvador escolhido para salvar a humanidade, reforçando o esvaziamento do debate público e a própria ausência de confiança na política como ferramenta de gestão de crises. Novamente, um discurso que flerta, talvez não por acaso, com o quadro atual de ascensão de lideranças que incitam a desconfiança na política, produzem inverdades manipulando fatos por meio de ferramentas e canais do mundo digital e se propõem como únicos agentes (de fora da máquina corrompida que denunciam) que podem salvar uma nação.

4.4. Hierarquia internacional e invisibilização do Sul Global

Um dos aspectos mais reveladores da franquia reside naquilo que Zanella e Neves Junior (2025, p.04) classificaram como a dimensão de silêncios e ausências estruturais percebidos na análise interna de obras audiovisuais. Ao longo das mais de cinco horas de projeção combinada dos dois filmes, os mecanismos clássicos de governança multilateral e as instituições internacionais multilaterais (como a ONU, grupos de trabalho, comitês de organizações internacionais, tribunais internacionais, etc.) são integralmente omitidos da narrativa. O sistema internacional é retratado num estado puro de anarquia no melhor estilo hobbesiano, no qual o direito internacional não existe e a diplomacia sucumbe ante a sobressalência do jogo de espionagem, traições, assassinatos e chantagens.

Some-se a esse quadro que a competição entre as potências nucleares pelo controle da IA, apresentada como eixo narrativo principal das relações interestatais em ambos os filmes, sugere que somente essas nações são legitimadas a lidar com ameaças dessa proporção. O Sul Global fica inviabilizado ou simplesmente excluído das tomadas de decisão que também os afetam. Essa lógica não perpassa apenas a narrativa dos filmes, mas alcança a realidade do tratamento da tecnologia atual, como fica evidente ao se trazer à mesa os temas da soberania digital e do controle de dados. Tanto nos filmes quanto no que se observa na política internacional atual, o Sul Global é marginalizado enquanto sujeito político dotado de legitimidade para dispor sobre a tecnologia que o afeta. Quando regiões do Sul Global aparecem nos filmes, como desertos, savanas ou outros espaços exóticos, elas figuram como palcos, como uma geografia passiva na qual se desenvolve o jogo do herói e das potências centrais. Nesse sentido, os filmes naturalizam a dinâmica do colonialismo digital mencionado anteriormente, ao pressupor que a manipulação das infraestruturas de dados e o futuro da governança da IA devem ser

decididos unicamente pelas grandes potências econômicas e militares tradicionais, mantendo o restante do mundo rendido à condição de espectadores passivos dos impactos da tecnologia e de sua gestão por poderes centrais.

5. Síntese dos indicadores de governança global da IA a partir da análise interna

A tabela que se apresenta nesta seção sintetiza a análise das categorias analíticas definidas na metodologia e extraídas das análises internas realizadas. Ela destaca elementos dos filmes que manifestam as categorias discutidas, representando a operacionalização do método de análise interna que correlaciona diretamente as categorias de Relações Internacionais investigadas a evidências narrativas e discursivas extraídas dos filmes.

Tabela 1 – Matriz de análise interna sobre governança global da IA aplicada à franquia Missão Impossível (2023 e 2025)

	Conceito Teórico Correlato (RI)	Evidências Narrativas e Discursivas nos Filmes	Implicação Política / Cenário Projetado
Representação ontológica da Inteligência Artificial	Risco Existencial e Autonomia Tecnológica	A IA chamada de “Entidade” é o vilão do filme, descrita como uma tecnologia avançada que desenvolveu autoconsciência, que age de forma onipresente e onipotente (invisibilidade da "Entidade" nas redes globais), manipulando as informações e causando impactos no mundo real (evidenciado claramente pelo ataque autônomo do submarino Sebastopol e aumento de animosidades e conflitos).	A IA deixa de ser um mero instrumento estatal e assume a condição de sujeito político com agência própria e incontrolável. Reforça o imaginário negativo e radical sobre a IA, pressupondo sempre o pior cenário possível acerca do seu desenvolvimento.
Mapeamento dos atores e distribuição de agência	Capitalismo de Plataforma e Individualização da Segurança	A impotência das agências estatais; a intermediação de corporações privadas; o protagonismo de grupos (IMF) e indivíduos (Gabriel, Ethan Hunt) à margem do Estado.	Falência da autoridade regulatória do Estado-nação e transferência da governança e da segurança para atores privados e heróis individuais.
Modelos de solução e resposta	Ganho Relativo, Nacionalismo Tecnológico vs. Destruição Material	Por um lado, vemos a competição entre as potências para conseguir o controle da IA (corrida interestatal pela posse da chave do código-fonte); por outro, temos Ethan e sua equipe lutando para destruir a Entidade (a insistência de Hunt de que a única solução possível é a destruição da IA). Não há nenhuma ideia de governança cooperativa para lidar coletivamente com um	Ceticismo absoluto quanto à possibilidade de regulação institucional da tecnologia ou a cooperação entre Estados; a eliminação física surge como única salvaguarda eficaz.

		problema que afeta todos.	
Presença ou ausência de governança multilateral e do Sul Global	Anarquia hobbesiana e Colonialismo Digital	Omissão integral da ONU e de tratados de segurança cibernética; exclusão de atores do Sul Global, figurando apenas como palcos geográficos passivos	Naturalização de qualquer tratamento da IA como uma faculdade exclusiva do Norte, legitimando assimetrias estruturais e a marginalização do Sul Global.

Fonte: elaboração própria com base no modelo de análise interna de Zanella e Neves Junior (2025).

O que a visualização da análise sintetizada na tabela revela é que os filmes analisados constroem o retrato de um colapso (na verdade do desaparecimento) das estruturas de regulação da tecnologia que vêm sendo disputadas e discutidas nas relações internacionais. Os filmes atribuem à Entidade o status de um sujeito político, com capacidade de influenciar eventos sistêmicos, e relegam ao tradicional Estado-nação uma condição de obsolescência radical, tanto tecnológica quanto política apta a lidar com essa nova realidade. Os regimes internacionais, concebidos naquela esteira teórica de Stephen Krasner (1983), não são sequer cogitados como alternativas de gestão política do desafio apresentado pela Entidade, dado que não existem expectativas dos diversos Estados retratados, nem de indivíduos, em torno de princípios, normas, instituições e regras compartilhadas no campo cibernético. Ao contrário, o que os filmes revelam é uma anarquia hobbesiana exacerbada por um capitalismo organizado em redes sociais e plataformas que esvaziaram o poder do Estado e delegaram a possibilidade de salvação da humanidade à existência e ação de um herói salvador individual.

Adicionalmente, as evidências narrativas e discursivas apontam como o cinema de Hollywood contribui para naturalizar assimetrias estruturais do sistema internacional. As narrativas de *Missão Impossível* (2023 e 2025) reforçam as preocupações de segurança nacional em detrimento de discussões relevantes em torno da regulação e da autonomia (MACEDO, 2005). A obsessão dos governos e agentes autônomos em busca do controle da IA, retratados no filme, reproduz com um tanto de fidedignidade a corrida das Big Techs e governos pelo controle e desenvolvimento da IA frente aos concorrentes estrangeiros, e revela a preocupação de Estados em geral com a garantia de soberania digital, entendida como o controle sobre infraestruturas, dados e tecnologias descolado da dominação externa (LEMO, ESPÍNDOLA, TOSATI, 2024).

Outra dinâmica revelada na análise dos filmes, agora pelo seu silenciamento, é a omissão completa de instâncias multilaterais para a governança global da IA, conforme preconizado por relatórios recentes (ONU, 2024). Adicionalmente, a omissão de quaisquer países do Sul Global como legitimados na disputa, reservando essa apenas a um grupo exclusivo (nuclear) de potências do Norte Global, faz com que a narrativa dessas obras reproduza e legitime uma dinâmica de colonialismo digital (PINTO, 2018; FURTADO, CUNHA, 2024). Nesse contexto, o Sul Global fica destituído de infraestrutura e agência regulatória, figurando apenas como cenário de fundo sobre o qual se projetam poderes alheios.

6. Conclusão

Este texto analisou como os dois últimos filmes da franquia *Missão Impossível* ilustram a disputa pelo controle da Inteligência Artificial e que cenário de governança global do tema essas narrativas constroem. Valendo-se do método de análise interna, verificou-se que as obras carregam

uma visão política distópica sobre a gestão coletiva desta tecnologia, marcada pelo colapso de regimes internacionais em torno do tema, tanto quanto pela estrutura técnico-político-securitária obsoleta do Estado-nação frente ao poder onipresente e difuso representado pela Entidade. Os blockbusters analisados não oferecem qualquer solução cooperativa ou regulação institucional e, ao depositar toda possibilidade de solução nas capacidades de um indivíduo, realizam uma visão de autodefesa privatizada da segurança internacional, centrada num herói descrente da política como via de solução dos problemas coletivos, reforçando o esvaziamento dos espaços multilaterais e flertando com narrativas que têm levado à erosão democrática dos tempos correntes.

Essa construção que emerge da ficção ecoa ansiedades reais que povoam o cenário contemporâneo. Enquanto verificamos iniciativas multilaterais, como comitês nas Nações Unidas que buscam investigar formas de mitigar riscos e assimetrias no desenvolvimento da IA, política e economicamente nota-se o mundo caminhando para um fechamento nacionalista tecnológico e para reformulações de alianças entre o poder estatal e os oligopólios tecnológicos, como as Big Techs.

Outro elemento revelado pela análise interna foi o caráter excludente desse imaginário fílmico. Nos enredos, a disputa pelo código-fonte que daria controle à IA tem como atores competidores um clube muito restrito de potências nucleares do Norte Global e reduz os países do Sul Global a cenários passivos que assistem às disputas das grandes potências e sofrem seus efeitos, renovando uma lógica colonial dentro do universo digital.

Dentre os elementos recolhidos da análise, pode-se dizer que o cinema de massa hollywoodiano reflete preocupações com o desenvolvimento da tecnologia de IA e sua potencial ameaça existencial para a humanidade, mas, ao fazê-lo, reflete e reforça uma descrença contemporânea com soluções coletivas e institucionais, aproximando-se de discursos que têm contribuído para a deterioração democrática contemporânea, além de renovar a invisibilização do Sul Global, agora na dimensão do uso e gestão tecnológica.

Referências

ALVES, Maria Laura Vieira; QUEIROZ, Leonardo de Zamparetti; BOTEGA, Gustavo Michels. A Governança da Internet: Legitimidade da Soberania Digital, o Estado VS Corporações. Liinc em Revista, [S. l.], v. 5, 2023: Anais do Seminário Internacional em Direitos e Sociedade / Resumos Expandidos. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/8748>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BARBOSA, Xênia de Castro. BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Jamaxi, [S. l.], v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/4730>. Acesso em: 25 nov. 2025.

DUARTE, R. Cinema & Educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FARIAS, Gisele. Trump ameaça novas tarifas contra países que ataquem big techs americanas. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-ameaca-novas-tarifas-contra-paises-que-ataquem-big-techs-americanas/>. Acesso em: 08 abr. 2026.

FURTADO, Renato Guimarães; CUNHA, Simone Evangelista. Inteligência artificial, data centers e colonialismo digital: Impactos socioambientais e geopolíticos a partir do Sul Global. Liinc em Revista,

[S. l.], v. 20, n. 2, 2024. DOI: 10.18617/liinc.v20i2.7272. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7272>. Acesso em: 5 jun. 2025.

GONÇALVES, A. F. Governança Global e Relações Internacionais. Caderno de Relações Internacionais, [S. l.], v. 13, n. 24, 2022. DOI: 10.22293/21791376.v13i24.1636. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1636>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). Series X: Data Networks, Open System Communications and Security - Recommendation ITU-T X.1205. Genebra, 2008. Disponível em: <https://www.itu.int/rec/t-rec-x.1205-200804-i>. Acesso em: 07 abr. 2026.

KRASNER, Stephen. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. International Organization, Vol. 36, No. 2, International Regimes (Spring, 1982), pp.185-205

LEMOS, Grayce; ESPÍNDOLA, Marina Bazzo de; TOSATTI, Nayara Cristine Muller. Soberania digital: definições, desafios e implicações na era da dataficação. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, p. e-7364, 2024. DOI: 10.21728/logeion.2024v11e-7364. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7364>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MACEDO, Lurdes. O imaginário do cinema e a construção da sociedade do futuro: da esperança na tecnociência ao medo do apocalipse. In: LIVRO DE ACTAS 4º SOPCOM: “REPENSAR OS MEDIA: NOVOS CONTEXTOS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO”, 2005, Aveiro, Portugal. Editora Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), 2005, p. 1095-1100. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/37189>. Acesso em: 27 mar. 2026.

METZ, C. What Exactly Are the Dangers Posed by A.I.? The New York Times, 1 maio 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/05/01/technology/ai-problems-danger-chatgpt.html> . Acesso em: 09 jun 2026.

PINTO, Renata Ávila, 2018. ¿Soberanía digital o colonialismo digital? Sur, v. 15, n. 27, p. 15-28.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Big Techs, os novos senhores da guerra. Outras Palavras, 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/big-techs-novos-senhores-da-guerra/>. Acesso em: 07 abr. 2026

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Questões conjunturais sobre a regulação da IA. RECIIS, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 458–466, 2024. DOI: 10.29397/reciis.v18i3.4634. Disponível em: <https://www.recis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/4634>. Acesso em: 5 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Governing AI for Humanity final report. Nova York, 2024. 101 p. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-09/governing_ai_for_humanity_final_report_en.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025

WILSON, R., CAMPBELL-KELLY, M. Computação: As décadas de 1940 e 1950. Math Intelligencer 42 , 92 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00283-020-10009-x>. Acesso em: 23 mar. 2026

ZANELLA, Cristine Koehler; NEVES JUNIOR, Edson José. Linguagem fílmica e Relações Internacionais: Três métodos de análise de filmes para as RI. Notas de aula. 2025. 16 slides. Material didático fornecido pelo autor em aula presencial. Disponível em: https://moodle.ufabc.edu.br/pluginfile.php/311123/mod_resource/content/1/08.3%20Linguagem%20f%C3%ADlmica%20e%20RI%20-

[%20Tr%C3%AAs%20m%C3%A9todos%20de%20an%C3%A1lise.pdf](#). Acesso restrito. Acesso em: 05 jan. 2026.